

VOL. 3

COLEÇÃO

MOBILIZA

CONECTANDO PESSOAS,
MOBILIZANDO RECURSOS

**O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES
EM UMA DEMOCRACIA EM TRANSFORMAÇÃO**

SUMÁRIO

ESPECIAL

04. O desafio da sustentabilidade das organizações em uma democracia em transformação

EM DEBATE

08. Demandas atuais da democracia orientam nova agenda ao campo social

CONEXÕES

11. O segredo é inovar

IDEIA

13. O GPS das startups sociais

RADAR

14. Influenciadores (das redes) sociais

EXPEDIENTE

Este fascículo é um produto que faz parte da Coleção Mobiliza.

Projeto editorial e realização: Estúdio Cais
- Projetos de Interesse Público

Redação e produção: Daniele Próspero
(Mtb 39.137) e Rodrigo Bueno

Projeto gráfico e diagramação - Gláucia Cavalcante

EDITORIAL

É um desafio e um enorme prazer produzir mais uma edição da série de fascículos Mobiliza. Um desafio porque envolve muita pesquisa, diálogo com a equipe, parceiros e fontes, e reflexões profundas - em especial em um momento tão delicado de nosso país. E é um prazer pelo fato de ser uma contribuição para o campo social. De maneira alguma pretendemos encerrar discussões com esta publicação. Preferimos a ideia de que estamos provocando reflexões e debates entre agentes tão importantes desse nosso ecossistema.

Dessa vez, nos propomos a olhar para um cenário político, econômico e social em transformação. Movimento este que impacta o campo social e, de forma mais direta, a sustentabilidade financeira de organizações da sociedade civil (OSC). Partindo sempre do ponto do financiamento institucional e da mobilização de recursos, a ideia é refletir sobre a importância das organizações sociais para a defesa e garantia de direitos humanos e fortalecimento da democracia.

Para ajudar a problematizar o tema, trouxemos um time de profissionais diversos. Todo o conteúdo foi construído a partir desse diálogo. Dessa forma, olhamos para o passado e seus principais marcos democráticos, discutimos o presente e tentamos refletir sobre caminhos para o futuro.

Esperamos que essa conversa não termine por aqui. Que essa publicação seja apenas um ponto de partida para outros debates.

Boa leitura,

Rodrigo Alvarez

ESPECIAL

O desafio da sustentabilidade das organizações em uma democracia em transformação

O tradicional e a experiência do novo. Diferentes atores e dinâmicas de investimento e trabalho chegam para compor o cenário social brasileiro. Como se dá essa relação e quais os impactos e oportunidades de diálogo?

Nossa democracia é jovem. Nossos problemas sociais são antigos que marcam presença há séculos na sociedade brasileira. A montanha-russa da política e da economia agita cada canto dos 26 estados e o Brasil se mostra um campo complexo e em constante transformação. Em meio a tudo isso, as organizações da sociedade civil (OSC) ocupam um espaço importante, buscando garantir direitos - dentro de suas especificidades -, militando e endereçando demandas da população. Contudo, ainda vivem questões históricas: como alcançar a almejada sustentabilidade financeira?

Boa parte das organizações que atuam na ponta, próximas às demandas das ruas, vive o desafio contemporâneo de como incorporar novas tecnologias - de gestão, financiamento, comunicação - em sua operação. Por outro lado, novos organismos chegam ao campo. São *startups* sociais, negócios de impacto, coletivos e movimentos impulsionados pelas mídias digitais. Atores que, muitas vezes, carregam em seu DNA o gene da inovação. Observando o ecossistema como um todo, a pergunta que fica é: como os dois lados podem trocar conhecimentos e cooperarem em benefício do interesse público?

Segundo Graciela Hopstein, pesquisadora na área de ciências humanas e sociais e coordenadora-executiva na Rede de Filantropia para Justiça Social, a tecnologia, de



AppCívico é exemplo de empresa que apoia organizações da sociedade civil a desenvolverem infraestruturas e plataformas digitais para potencializar suas causas.

fato, está batendo à porta de todos. O campo se amplia, com diferentes modelos de atuação, mas, para além dessa demanda, outros desafios das organizações da sociedade civil ainda continuam latentes. Ela conta que, para além do exercício da modernização, existe o maior desafio de todos: o fator sustentabilidade financeira.



“NÃO PODEMOS PENSAR QUE PAUTAS E AGENDAS VÊM DE CIMA PARA BAIXO. É O CONTRÁRIO. E A SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ACONTECE MUITO VIA AS ORGANIZAÇÕES. DIREITOS NÃO SÃO DADOS, SÃO CONQUISTADOS. A QUESTÃO DELICADA É QUE RECURSOS SÃO NECESSÁRIOS PARA ESSE TIPO DE ATUAÇÃO E, HISTORICAMENTE, O BRASIL NÃO É UM PAÍS COM FORTE CULTURA DE DOAÇÃO. O SETOR PRIVADO, POR EXEMPLO, AINDA NÃO DESCOBRIU UMA MANEIRA EFETIVA DE APOIAR CAUSAS MAIS DELICADAS OU POLÊMICAS.”

GRACIELA HOPSTEIN, COORDENADORA-EXECUTIVA NA REDE DE FILANTROPIA PARA JUSTIÇA SOCIAL

Para Graciela, o campo da filantropia precisa olhar mais para a agenda de direitos e fortalecimento da democracia. Grandes financiadores e doadores individuais precisam, segundo a pesquisadora, destinar recursos para OSC que influenciam políticas públicas e fortalecem o espírito republicano e democrático do Brasil. São exemplos da mobilização das OSC importantes conquistas como a Lei Maria da Penha (2006), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e o Estatuto da Criança e Adolescente (1990).

O CAMPO DA FILANTROPIA PRECISA OLHAR MAIS PARA A AGENDA DE DIREITOS E FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA.

A tecnologia entra em campo

Dentro desse cenário, conhecer os diferentes tipos de organizações, e como elas podem trabalhar juntas, faz a diferença. As OSC de perfil mais tradicional estão se abrindo, buscando se aproximar de seus pares mais novos. Para Graciela não há dúvidas de que as tecnologias facilitaram a conexão, a formação de redes, garantindo maior visibilidade a causas e agendas. “Uma organização tem novas condições e meios para mostrar a que veio, a internet trouxe isso, o que é maravilhoso. Por outro lado, trouxe novos problemas, como as questões de segurança. São muitos casos de movimentos sendo raqueados de forma agressiva, causas sendo distorcidas e apresentadas de outro modo”, comentou.

Nesse sentido, a AppCívico é um bom exemplo de organização que veio para somar no campo social. Além de gestão de projetos, eles também oferecem apoio em desenvolvimento de softwares para construir ferramentas cívicas adaptadas a cada contexto, e serviços de infraestrutura computacional para garantir a disponibilidade, segurança dos dados e atualizações. Recentemente eles trabalharam com a Fundação Avina para conter um problema relacionado à Lei de Migração, que foi votada e aprovada em maio de 2017 e, em novembro, foi apresentado o decreto para regulamentar a legislação.

Durante todo o processo de definição para a elaboração do marco legal, na qual a Fundação Avina era uma das organizações envolvidas, eles tiveram de lidar com o ‘fenômeno das fake news’. Thiago Rondon, CEO da AppCívico, atuou junto com sua equipe nesse processo, orientando a fundação na condução do trabalho.

Ele explica que há um padrão nesse tipo de situação. “As notícias falsas e seus desdobramentos só são impactantes e preocupantes quando se tornam orgânicas. Ou seja, quando apenas perfis falsos e ordenados por robôs multiplicam a informação, não tem relevância. Mas se pessoas reais começam a compartilhar e perfis de verdade usam esse material, algo precisa ser feito”, contou.

No caso da Fundação Avina, o trabalho envolveu amplo monitoramento, mas não foi preciso responder em grande escala às distorções sobre a Lei da Migração porque, isso sim, poderia fazer virar o movimento mais orgânico. Thiago conta que esse é apenas um exemplo da atuação da tecnologia no campo social.

Ele explica que esse é um caso de interoperabilidade que deve se tornar cada vez mais comum: é a capacidade de um sistema de se comunicar de forma transparente (ou o mais próximo disso) com outro sistema (semelhante ou não). Para ele, o ecossistema social, caminha assim. “Se o governo tem medo de experimentar e arriscar por conta de burocracia e outras questões relacionadas ao dinheiro público, nós, enquanto sociedade civil criamos condições para fazer isso e levamos isso até ele.”



“O ECOSSISTEMA DE TECNOLOGIA COMO UM TODO É RECENTE NO BRASIL. E NO MEIO SOCIAL MAIS AINDA. HÁ 30 ANOS NÃO TÍNHAMOS ACESSO A NADA DISSO. E ISSO COMEÇA NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE BASE. POR EXEMPLO, DESENVOLVEMOS O SOFTWARE DE OBSERVATÓRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO JUNTO COM A REDE NOSSA SÃO PAULO. HOJE, ESSE OBSERVATÓRIO ESTÁ NO SITE DA PREFEITURA. NÓS PEDIMOS, NÓS CRIAMOS, CHEGOU NO PODER PÚBLICO.”

THIAGO RONDON, CEO DA APPCÍVICO,

Negócios sociais e startups nesse time

Um elemento importante nesse caldeirão dos diferentes atores do campo social está ligado à filantropia (empresarial ou familiar). Institutos e fundações são, historicamente, importantes indutores de projetos encampados por organizações da sociedade civil. Hoje, têm também se aproximado do campo das finanças sociais e negócios de impacto. O importante aqui é sempre reforçar: o caminho não deve ser da substituição, mas da composição. Como negócios de impacto e organizações da sociedade civil de perfil mais tradicional podem cooperar?

Segundo Vivianne Naigeborin, que já passou pela Ashoka e Artemisia e atualmente está na Potência Ventures, ainda é preciso avançar para que mais resultados sejam alcançados. “É um movimento que cresce junto com as mudanças políticas e econômicas que vivemos, e as organizações começam a conhecer outros parceiros e também outras maneiras de se conectarem e chegarem na esfera política: já há parcerias estabelecidas entre negócios sociais em âmbito federal, estadual e municipal para a qualificação e modernização de serviços públicos ofertados à população. Os resultados são promissores, mas há muito ainda a ser melhorado para que a cooperação seja mais eficaz”, comentou.

Uma parceria desse tipo que tem gerado bons frutos, por exemplo, é a do Instituto Sabin (investidor que atua nas

áreas de saúde, esporte e inovação social) e da Artemisia, organização sem fins lucrativos que identifica, seleciona e acelera negócios de impacto em diversos setores. A parceria se iniciou com a Aceleradora da Artemisia. “Nesse processo, houve intensa troca de experiências e aprendizados, ampliando o conhecimento do instituto sobre esse novo campo e suas possibilidades. Sabin e Artemisia também correalizaram eventos de inovação e conexão entre empreendedores, investidores e representantes do setor de saúde, compartilhando suas redes de contato para o benefício de várias startups que fizeram parte das etapas”, destaca Viviane.

Movimento de fora e para fora

Em meio à análise do atual cenário social brasileiro, Graciela pontua o papel das organizações internacionais como executoras e também investidoras. “Tem um histórico importante sobre as organizações da sociedade civil e ele está conectado à redução do apoio financeiro internacional no início dos anos 2000. O Brasil havia entrado em um ótimo período econômico e partindo do princípio de que a sociedade e a democracia estavam consolidadas diante da economia crescente, os investidores foram para outros países na África e Ásia para criar dinâmicas democráticas. Assim, ficou um vácuo no financiamento social já que não temos uma democracia sólida e, hoje, inclusive, estamos numa crise séria. Precisamos investir no fortalecimento das organizações da sociedade civil e em todos os meios que lutam por direitos e desenvolvimento das comunidades”, explicou.

Redes em ação: parceria entre Instituto Sabin e Artemisia acelerou e desenvolveu 17 negócios de impacto social (na foto) focados em saúde e bem-estar.



Segundo a pesquisadora, há indícios de que esse investimento internacional esteja voltando, mas aos poucos e de outras formas. “As organizações sociais brasileiras estão buscando espaços internacionais, para chamar atenção para o Brasil. Tem funcionado: temos organizações pela Amazônia financiadas pela filantropia internacional. A Open Society Foundations está hoje baseada no Rio de

Janeiro. Temos a instalação da Worldwide Initiatives for Grantmaker Support (Wings), uma rede de financiadores internacionais para movimentos da organização da sociedade civil, além de outros trabalhos como Rede Latinoamericana de Fundações Comunitárias”, afirma.

TECNOLOGIA, DEMOCRACIA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Alguns movimentos globais de caráter mais executivo também acabam se estabelecendo no Brasil e compõem o campo social. A Transparência Internacional é um exemplo de organização independente que trabalha em articulação com governos, setor privado e cidadãos para promover a transparência e a integridade política local. No Brasil, tem atuado mais intensamente nos últimos anos com ações estratégicas, buscando otimizar os esforços de todos na luta anticorrupção.

Fabiano Angélico, consultor da Transparência Internacional no Brasil, reiterou que existem diversos exemplos em que demandas sociais foram atendidas devido a uma boa articulação ou à forte pressão social. “No nosso campo, podemos destacar a aprovação da lei anticorrupção, em agosto de 2013, como reflexo das Jornadas de Junho, ou a aprovação recente, no Reino Unido,



de uma lei que visa a reduzir efeitos perversos dos assim chamados paraísos fiscais”. Para ele, a multiplicidade de atores, vozes, interesses e processos pode ser fortalecida com inovação nas abordagens e técnicas que colaborem na construção de acordos e no fomento a consensos e ações. “Com os olhares mais aguçados de todos esses componentes do ecossistema social, e como podem se complementar, é possível pensar grande para o setor e para nossa democracia”, finalizou.

EM DEBATE

Demandas atuais da democracia orientam nova agenda ao campo social



O vocabulário das sociedades democráticas, sobretudo as participativas, como é o caso do Brasil, vem sendo ampliado nas últimas décadas: audiências e consultas públicas, plataformas, marcos regulatórios, frentes, fóruns, tecnologias sociais, orçamento participativo, transparência, responsabilidade social, pluralidade temática da agenda pública, governança, investimento social privado, combate à corrupção, etc. Em um sentido maior, está relacionado a movimentos de transformações que, de tempos em tempos, se apresentam como tomos ou pequenas revoluções diárias diante do que conseguimos construir (ou desconstruir) com um desejo que parece comum: fortalecer a democracia.

A complexidade da realidade brasileira, que também recebe influências dos problemas e mudanças globais, expõe a falta de garantia efetiva dos direitos civis e sociais para toda a população, a intolerância e as violências (sejam físicas ou simbólicas) e a descrença nas instituições. Temos a menor taxa de confiança no sistema democrático entre os 18 países pesquisados na América Latina (2017), de acordo com a Corporación Latinobarómetro – organização da sociedade civil com sede em Santiago do Chile.

Especialistas dizem que ainda somos resultado de uma democracia recente. Em 2018 completamos 30 anos da

Constituição Federal (1988). E seu fortalecimento no presente e no futuro depende de uma série de ingredientes essenciais para que a massa cresça, alimente e fortaleça toda a população: políticas públicas amplas e não seletivas, organizações da sociedade civil, sólidas e independentes, participação social (conferências, conselhos, audiências públicas etc.), democratização da comunicação, investimento social privado, implementação de uma governança atualizada.

A ideia desta edição é conectar as ideias de fortalecimento da democracia (ou da ameaça a ela) com inovação e sustentabilidade das organizações da sociedade civil. Que pontes para o combate às desigualdades e para a garantia de direitos podemos fazer? Como novos atores que estão chegando ao campo e outros, mais tradicionais, estão em um movimento de transformação? Garantia de direitos humanos, fortalecimento da democracia e inovação podem contribuir para atender os desafios do mundo contemporâneo.

André Degenszajn, diretor-presidente do Instituto **Ibirapitanga***, aponta alguns caminhos. A organização, junto com a Fundação Ford e a Open Society Foundations, acaba de doar US\$ 10 milhões ao Baobá, Fundo para a Equidade Racial, que, além de homenagear Marielle Franco, também desenvolverá ações com foco no protagonismo político de mulheres negras.

Mobiliza - Como as organizações da sociedade civil voltadas a temas da agenda da cidadania vêm implementando processos mais inovadores para fortalecer a democracia brasileira?

André Degenszajn - A resposta talvez seja uma mistura do que as organizações têm feito e o que deveriam fazer. Há uma movimentação importante por parte delas que aponta algumas dimensões. Pontuaria quatro: 1. Processos horizontais; 2. Construção de base de apoio; 3. Visão e conexão com a dimensão institucional da política; e 4. Comunicação. A primeira delas diz respeito ao reconhecimento de que a horizontalidade necessariamente deve estar ligada ao ambiente formal, institucional da democracia. O trabalho das organizações precisa estar orientado ou construir conexão com os processos eleitorais, com a discussão sobre os partidos, sobre as regras da democracia e a importância de ocupar espaços políticos. Não só do campo da sociedade civil, mas também do campo na política institucional, formal.

Mobiliza - E as demais?

André Degenszajn - As organizações têm reconhecido cada vez mais, e esta é a segunda dimensão, que essa atuação deve partilhar dos mesmos princípios para termos uma política mais próxima da população, mais responsiva, mais orientada a partir de uma prática democrática de fato. Temos observado organizações buscando processos mais horizontais, fortalecendo sua base. Para além disso, devem reconhecer ainda que precisam se pautar pela legitimação de públicos diversos, de processos participativos e isso coloca um desafio para as instituições que foram constituídas dentro de uma lógica mais formal. Existem grupos não institucionalizados que estão ocupando um espaço e construindo trajetórias significativas e existem outros mais institucionalizados, que vêm de percursos mais antigos, que estão se propondo a fazer esse movimento inovador. Isso acontece também com um olhar especial para a dimensão da comunicação. E não só com seus públicos mais diretos, mas a importância de uma comunicação com públicos diversos, o desafio de ocupar espaços de diálogo com a sociedade.

Mobiliza - Como você vê o papel dos *grantmakers*, ou seja, dos grandes investidores privados, no fortalecimento do ambiente social brasileiro?

André Degenszajn - Partimos de um patamar muito baixo de *grantmakers* no Brasil. As fundações e institutos brasileiros que se constituíram e se fortaleceram nos últimos anos se colocaram dentro desse espaço de atu-

ação como operadores, como atores em determinadas áreas. Isso pode ser entendido como um problema, mas também como solução porque se produziram avanços com organizações que adquiriram capacidade técnica, conhecimento, que se conectaram a outras redes e produziram mudanças valorosas. O que é necessário agora é fortalecer o campo.

Mobiliza - Você acredita que o fortalecimento da sociedade civil passa também por uma equação que fortaleça as relações entre doadores e organizações que executam projetos?

André Degenszajn - Quando falamos de *grantmakers*, há também um reconhecimento de que esses grupos estão posicionados, são bem equipados para tomarem suas próprias decisões, para fazerem suas escolhas, mesmo que esses caminhos possam ser, em algum grau, contraditórios. É desse tecido, dessa pluralidade de iniciativas que conseguimos construir uma sociedade civil forte, que não se faz somente com intervenções bem-sucedidas e projetos bem elaborados, mas com organizações capazes de responder ao contexto, de desenvolver seus próprios caminhos. Pensar em fortalecer as doações significa vislumbrar todos esses aspectos. E criar uma relação dinâmica entre as organizações que recebem recursos, apostam em soluções e outras que financiam e podem construir uma visão mais ampla do campo justamente porque não estão na linha de frente, operando diretamente. Construir um ecossistema em que haja essa prática seria muito saudável para o fortalecimento da sociedade civil no Brasil.

O Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations acabam de doar US\$ 10 milhões ao Baobá, um fundo para a equidade racial. Essa doação está sendo feita especificamente para uma iniciativa que o Fundo Baobá ainda está desenvolvendo em homenagem à Marielle Franco que vai ter como foco o protagonismo político de mulheres negras e que ainda será lançada. Desse movimento recente de apoio ao Fundo, aflora um tema pouco presente na filantropia brasileira que é a equidade racial, contribuindo com o preenchimento de uma lacuna também no contexto de financiamento no Brasil.

Mobiliza – Falando no caso da Marielle, você acredita que a agenda dos direitos humanos está em um momento delicado no Brasil? É preciso que grandes financiadores se voltem para o tema em um momento de tanta intolerância?

André Degenszajn – Estamos vivendo um momento muito agudo. Nos últimos anos, tínhamos uma agenda de avanços nas conquistas de direitos humanos, de quais as dimensões e medidas que os movimentos de direitos humanos apontavam áreas em que temos condições de avançar em termos de qualidade, de democracia, de respeito. E essa situação não diz respeito somente à conjuntura, à alternância de governos, mas a um momento de retrocessos em termos de direitos. De certa forma, o movimento está muito atento e orientado a impedir retrocessos, a assegurar garantias básicas.

Mobiliza – Você pode dar um exemplo?

André Degenszajn – Algumas áreas que estavam bastante equacionadas, hoje estão voltando à pauta. Um exemplo é o papel do exército. Era uma agenda que parecia controlada, havia um reconhecimento das limitações da participação do exército na vida política. E, hoje, vemos sinais de mudanças consideráveis: sejam em declarações recentes de comandantes do exército, na intervenção no Rio de Janeiro, em ocupação de militares em posições que historicamente foram de civis. Há um conjunto de sinais que provoca uma atenção e um cuidado dos movimentos de DH.

Mobiliza – Os ativistas dos direitos humanos também estão em risco?

André Degenszajn – Chamo a atenção para esse aspecto que é a proteção de defensores dos DH, defensores ambientais. Sempre assistimos à perseguição e à ameaça dessas pessoas no Brasil. Somos o país que mais mata defensores de DH de forma consistente, ou seja, existe um padrão em curso e situações como a da morte da Marielle Franco ilustram um pouco esse comportamento que vem se consolidando e que representa uma ameaça à democracia. Vivemos essa contradição de construir e projetar avanços, mas ao mesmo tempo de retrocessos. É uma inflexão recente que traz uma dinâmica diferente para essa área, inclusive com senso de urgência que, muitas vezes, é pouco percebido. Às vezes, pautas mais estruturais

de avanços em políticas públicas podem ou deveriam dar lugar a agendas mais duras ligadas principalmente a direitos civis e políticos.

** André Degenszajn é diretor presidente do Instituto Ibirapitanga, criado em 2017 pelo cineasta Walter Salles. Foi secretário-geral do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife) entre 2013 e 2017.*

PARA SABER MAIS

Ataques letais mas evitáveis: assassinatos e desaparecimentos forçados daqueles que defendem direitos humanos (Relatório Anistia Internacional)

<https://anistia.org.br/direitos-humanos/publicacoes/ataques-letais-mas-evitaveis-assassinatos-e-desaparecimentos-forcados-daquelles-que-defendem-direitos-humanos>

Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)

<http://plataformaosc.org.br> e <http://www.participa.br>

Plataforma política: Juventudes contra a violência

<http://juventudescontraviolenca.org.br/plataformapolitica/quem-somos/eixos-programaticos/fortalecimento-da-democracia-participativa>

Política Nacional de Participação Social

www.secretariadegoverno.gov.br/participacao-social/politica



CONEXÕES

O segredo é inovar

Conversamos com três iniciativas em diferentes estágios de maturidade. Todas elas têm em comum a aposta na inovação, seja em suas atividades e projetos, ou na diversificação da mobilização de recursos e na busca da sustentabilidade financeira.

Museu de favela

“Nós temos um banco com mais de 50 projetos, e vamos mapeando editais públicos e privados e encaixando nossas iniciativas. Hoje, o museu sobrevive através do nosso Sistema Integrado de Visitação: pessoas ou grupos nos procuram e agendam uma visita guiada. Nós temos uma taxa de visitação para os dois circuitos. O Casa-tela é um percurso a céu aberto com 27 obras de arte em grafite, onde a gente conta uma linha do tempo de ocupação das três favelas: Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. Cada grafite é um recorte histórico da nossa comunidade. A nossa ideia é que as pessoas possam visitar e reconhecer a favela como parte da cidade. Nosso foco é mostrar o que temos de melhor, trabalhando a conscientização da comunidade a partir do valor de pertencimento no território. Nós mostramos o que mantém a favela viva no Rio de Janeiro: se não fosse a cultura dentro desses territórios, estaríamos perdidos. Na nossa lojinha, vendemos produtos do MUF, como camisetas, canecas e postais, e também disponibilizamos um espaço para que artesãos da comunidade possam expor seu trabalho (com uma pequena porcentagem das vendas revertida ao museu). Além disso, estamos montando uma rede de Amigos do MUF. Por enquanto, temos um doador americano que contribui mensalmente com o museu”.

Mariana Gauche e Ricardo Oliveros
Diretor de Sustentabilidade e Articulação Institucional
do **Museu de Favela**



Fundado em 2008, um ano antes da chegada das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro, o Museu de Favela (MUF) é uma organização comunitária criada por lideranças das favelas Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, localizadas na zona Sul da cidade. Apesar de ter uma sede administrativa, a ideia do museu é usar o território para realizar seus projetos e atividades, que têm como foco o resgate e a preservação da memória e dos saberes culturais locais, das matrizes culturais africanas, nordestinas e indígenas da população brasileira.

Com um sistema de governança dividido em núcleos e o apoio de voluntários, o MUF conta com um banco de projetos, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento comunitário. As atividades envolvem cursos de capacitação e economia solidária, eventos musicais, artísticos e instrumentais, exibição de filmes no Cine MUF, biblioteca itinerante, brinquedoteca, entre outras. Além disso, projetos paralelos, como a restauração dos portais de entrada das comunidades, a parceria com universidades, e a inserção de QR Codes com descrição das obras de artes expostas, também contribuem para chamar a atenção para a comunidade.

Mama Ekos

“A Mama Ekos surgiu com a vontade de levar saberes ao pessoal da periferia, ou do interior, que muitas vezes sofre violência obstétrica, e com a vontade de pensar ‘como podemos trazer nossos filhos para o mundo da melhor forma, com mais amor, e menos intervenção e violência’. Nós queremos resgatar essa parceria, porque enquanto aqui em Maués a parteira foi muito desvalorizada pelos profissionais de saúde, em uma capital como São Paulo, o parto domiciliar está muito bem visto e chega a custar muito caro. Ainda estamos buscando a sustentabilidade da organização; por isso precisamos trabalhar a comunicação para conseguir mobilizar recursos e impactar mais pessoas. Para isso, temos diversos projetos: a união de parteiras e artesãs para criar a bolsa da parteira, com produtos naturais tradicionalmente usados durante a gestação e no trabalho de parto; a construção da casa maternidade, um lugar no meio da natureza para que as pessoas possam estudar sobre parteiras e medicina natural; o nosso site, que vai ser como um Airbnb da maternidade, entre outras iniciativas. A inovação pode nos ajudar em dois sentidos: na tecnologia, com ferramentas como o próprio site, redes sociais e o crowdfunding; e nesse trabalho coletivo, um movimento de unir diferentes pessoas com diversos saberes para criarmos novos sonhos. Eu acredito que, para o Mama Ekos, existem três possibilidades: a captação de fundos por editais, pela comunicação da nossa causa e pela venda de produtos feitos de forma colaborativa.”

*Patrícia Mandí,
Fundadora e responsável pela **Mama Ekos***

O Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) foi criado no ano 2000 por advogados criminais que atuavam individualmente em favor de pessoas que não tinham condições de pagar por uma defesa. Juntos, decidiram criar uma organização com a missão de fortalecer o direito de defesa de qualidade e as garantias individuais em um processo penal, como um processo justo, direito à presunção da inocência, além da democratização do acesso à justiça. Hoje, os mutirões são realizados com recortes específicos e objetivos definidos previamente como, por exemplo, um mutirão voltado para a mulher no cárcere. Os dados levantados a partir dessas atuações são organizados em sistematizações e publicações, que podem ter um desdobramento de *advocacy* e incidência em projetos de lei, assim como em julgamentos nos tribunais.

Além da atuação jurídica, o Instituto conta com outros projetos, como a correalização de um documentário, em 2014, discutindo o sistema de justiça, e o “Olhar Crítico”, que propõe diálogo com jornalistas e estudantes de jornalismo com objetivo de debater a cobertura de casos criminais pela imprensa e a importância da mídia considerar o direito de defesa e a presunção de inocência. Atualmente, o Instituto é mantido por contribuições de fundações, de escritórios de advocacia e cerca de 500 associados, que pagam uma mensalidade.

A história da Mama Ekos confunde-se com a trajetória de vida de sua fundadora, Patrícia Mandí. Formada em fisioterapia, desistiu de trabalhar com materiais cirúrgicos para resgatar práticas de prevenção a doenças durante a gravidez. Depois de atuar na periferia de São Paulo com o Instituto Favela da Paz, levando saberes para gestantes juntamente com profissionais da saúde, Patrícia foi para Maués, no interior do Amazonas. Assim, a Mama Ekos foi criada em 2016 com o propósito de unir saberes antigos e atuais as medicinas naturais.

Além de encontros mensais para gestantes, a organização também realiza cursos, como para a formação de parteiras, doulas e doulos. Por ser muito recente, a organização ainda não conta com um modelo de financiamento estruturado. Doações individuais e um investimento da própria fundadora constituíram o capital inicial, que foi mantido e multiplicado com colaborações pontuais e prêmios, como o da Brazil-Foundation. Agora, o objetivo é focar na comunicação do funcionamento da Mama Ekos, para difundir sua mensagem e atrair mais doadores para a causa.

Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)

“O IDDD faz um resgate dos valores inerentes a um estado democrático de direito, de respeito à diversidade, às garantias fundamentais e de respeito. A inovação talvez esteja nas estratégias que usamos para esse fim, com a atuação jurídica nos casos, da articulação e *advocacy* com os atores do sistema de justiça e do acompanhamento de projetos de lei. Um desafio atual é ter uma política mais clara de captação de recursos com os escritórios e com os associados também. Nós temos tentado cada vez mais fortalecer o eixo da comunicação, em uma busca por diálogo e sensibilização, engajando mais os associados e pensando em novas formas de mostrar aos escritórios de advocacia o que eles ganham ao apoiar o IDDD. Quando abrimos a possibilidade de um associado participar de um projeto nosso, ele se sente parte dessa causa, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, e esse ‘pertencer’ faz toda a diferença. A potência do IDDD está no fato de que temos especialistas que atuam no campo dos direitos humanos e temos advogados criminais que veem diariamente os desafios da justiça criminal. Juntando essas duas perspectivas, nós nos diferenciamos como uma organização de especialistas. Nós estamos em um processo de inovação de olhar para questões de governança e criar cada vez mais espaços de conversa.”

*Marina Dias
Diretora executiva do **IDDD***

O GPS DAS STARTUPS SOCIAIS

De acordo com o livro “Social Startup Success: How the Best Nonprofits Launch, Scale Up, and Make a Difference” (em tradução livre “Startups sociais bem-sucedidas: como as melhores organizações sem fins lucrativos se lançam, ganham escala e fazem a diferença”), da autora Kathleen Kelly Janus, existem cinco características que fazem uma startup social prosperar. São elas:

TESTE IDEIAS

por meio de pesquisa e desenvolvimento. Antes de fazer qualquer investimento – de recursos humanos ou financeiros –, tenha a certeza de que o risco vale a pena.

MEÇA IMPACTO

desde o princípio da empreitada. As métricas podem, inclusive, ser criadas junto com a lapidação do projeto ou programa.

EXPERIMENTE

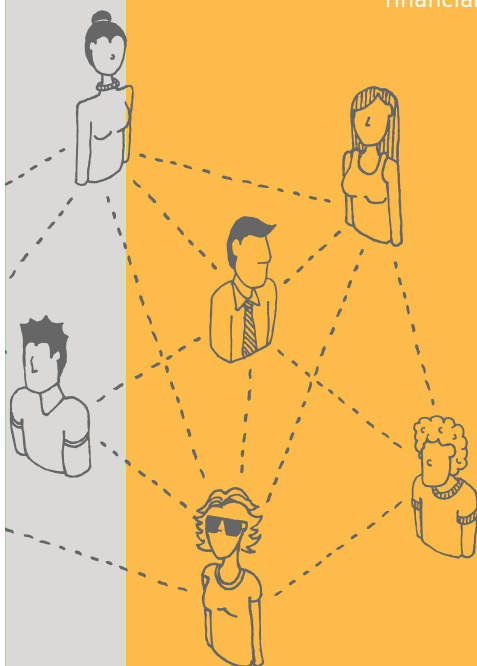
estratégias de financiamento combinadas – como venda de produtos, financiamento privado e doações individuais. Certifique-se de que elas estão alinhadas ao propósito da organização.

LIDERE DE FORMA COLABORATIVA

autorizando e otimizando talentos da equipe em função de um propósito e um bem comum.

COMUNIQUE HISTÓRIAS CONVINCENTES

de forma objetiva, empática e capaz de mobilizar pessoas sensíveis à causa.



RADAR

Influenciadores (das redes) sociais

Guia básico de pensadores sobre o tema inovação social e ativismo cívico. Quem são os influenciadores (brasileiros e estrangeiros) nessa área?



Daniel Goleman

Goleman foi jornalista do *The New York Times* por 12 anos, até fundar sua própria organização sem fins lucrativos, CASEL, para o desenvolvimento de inteligência emocional.
#tecnologia #filantropia #psicologia

www.linkedin.com/in/danielgoleman/pt



Viralize

Iniciativa do Estúdio Cais, a plataforma busca amplificar a divulgação de causas sociais a partir da sensibilização de influenciadores digitais.
#comunicação #culturadadoacao #internet

www.viralizadoacao.com.br



Viver de Coaching - Geronimo Theml

Empreendedor, autor *best seller*, especialista em produtividade e coach. Em seu canal, dá dicas que servem a qualquer profissional que deseja desenvolver competências e habilidades.

<https://www.youtube.com/watch?v=2wOUeKrAiFw>



Social Good Brasil

O SGB quer contribuir com o aumento de pessoas conscientes do seu papel e protagonistas de mudanças sociais e ambientais. Os programas falam de inovação social na prática e tecnologias ferramentas de autonomia, acesso, transparência e escala.
#gestão #empreendedorismosocial #inovacao

<https://www.youtube.com/user/SocialGoodBrasil>



APPcívico

AppCívico

Você viu a citação ao AppCívico na matéria de destaque. Gostou? Então o acompanhe nas redes sociais e saiba mais sobre plataformas tecnológicas para aprimorar a gestão pública, aumentar a eficiência, a transparência e a participação dos cidadãos.
#tecnologia #gestaopublica #transparencia

<https://www.facebook.com/AppCívicoCSB>



São Paulo Lab

Maria Augusta Bueno é uma empreendedora e ativista cívica que busca contribuir com suas ideias criativas para atender demandas de comunidade. À frente do São Paulo Lab, a idealizadora dissemina conhecimento sobre ativismo cívico.
#mobilização #urbanismo #ativismo

<https://www.facebook.com/saopaulolab/>

DE OLHO NA GERAÇÃO DE CONHECIMENTO

O campo das finanças sociais e negócios de impacto está em amplo crescimento. Como ele vai dialogar com as organizações da sociedade civil ainda é um processo em construção. Acompanhe na internet quem está produzindo conteúdo sobre o tema e sobre tecnologia em geral:

ANDE – Aspen Network of Development Entrepreneurs -

www.andeglobal.org

Artemisia - <http://artemisia.org.br>

Din4mo - din4mo.ning.com

Kaleydos - www.kaleydos.com.br

Pipe Social - <https://pipe.social>

Sense Lab - www.sense-lab.com

Singularity - <https://su.org>

Sitawi - www.sitawi.net

The Brief - www.thebrief.com.br

